



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero e raça.

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DE MULHERES AGRICULTORAS/FEIRANTES NO MERCADO MUNICIPAL DE PARINTINS- AM

ALLINE DA SILVA PRESTES¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a valoração do trabalho das mulheres agricultoras/ feirantes nas unidades familiares das várzeas de Parintins. Estas mulheres têm em suas vivências diversas atividades, interagem entre a agricultura familiar em ambientes de várzea, pesca, afazeres domésticos e a venda de seus produtos nas feiras. Todos estes trabalhos são executados no coletivo da unidade familiar. Entretanto as relações sociais imbricadas as relações de gênero refletem na vida social destas, causando assimetrias de gênero em suas ações, por vezes não reconhecidas em sociedade.

Palavras-Chave: Trabalho; Gênero; Mulheres Agricultoras; feirantes

Abstract: El objetivo de esta investigación fue analizar la valoración del trabajo de las mujeres agricultoras / feriantes en las unidades familiares de las várzeas de Parintins. Estas mujeres tienen en sus vivencias diversas actividades, interactúan entre la agricultura familiar en ambientes de várzea, pesca, quehaceres domésticos y la venta de sus productos en las ferias. Todos estos trabajos se ejecutan en el colectivo de la unidad familiar. Sin embargo las relaciones sociales imbricadas las relaciones de género reflejan en la vida social de éstas, causando asimetrías de género en sus acciones, a veces no reconocidas en sociedad.

Palabras Claves: Trabajo; Género; Mujeres Agricultoras; feirantes

1. INTRODUÇÃO

Com aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país pertencentes à prática da agricultura familiar, a importância deste tipo de produção tem crescido. Para além do atendimento das demandas alimentícias nas cidades, esta organização produtiva supre as necessidades de subsistência de diversas famílias no Brasil, tendo como base a presença de todos os membros para realizar os cultivos.

Homens, mulheres, crianças e demais membros inserem-se neste contexto agrícola, entretanto ao ser feminino cabem diversas responsabilidades. A aplicabilidade dessa análise não difere a realidade das agricultoras/feirantes localizadas ao entorno do mercado municipal. Estas têm em suas vivências as

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: <prestes.alline@gmail.com>

práxis agrícolas nos ambientes de várzea, pesca do camarão, comércio nas feiras e afazeres domésticos aos seus encargos.

As assimetrias de gênero estão presentes em meio a estas relações sociais em que se desenvolvem as atividades do ser feminino amazônico, sendo estas portadoras de desigualdade, hierarquizadas e contraditórias. Essas condições são expressas cotidianamente, seja pela desvalorização das suas ações sociais, sobrecarga de trabalho, dificuldade de permanência nos espaços da feira, assim como pelo desconhecimento acerca das políticas públicas voltadas para mulheres, dentre outros fatores que incidem sobre elas.

Frente a este contexto o presente artigo buscou analisar a valoração do trabalho das mulheres agricultoras/ feirantes nas unidades familiares das várzeas de Parintins. Para tanto, este estudo utilizou como base teórica o paradigma dialético da complexidade e como delineamento de pesquisa o estudo de caso. A associação desse paradigma como o estudo de caso permitiu um melhor aprofundamento do tema abordado, uma flexibilidade no uso de instrumentos e técnicas de pesquisa. A análise foi realizada a partir de entrevistas realizadas com 6 mulheres agricultoras/feirantes que comercializam no entorno do mercado municipal em conjunto ao Secretário de Produção e Abastecimento do Município.

Os dados obtidos evidenciam o protagonismo destas mulheres em todos os âmbitos da vida social, direcionando as ações cotidianamente, contudo, as relações assimétricas de gênero abrangem suas vivências no seio familiar, com a sobrecarga de trabalho na área doméstica proveniente de uma lógica patriarcal; bem como a invisibilidade dos seus trabalhos por parte das políticas públicas, gestão pública e demais instituições responsáveis por fomentar a produção agrícola deste grupo específico.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS

O trabalho é uma categoria intrínseca a todo ser humano, por meio dele homens e mulheres transformam a natureza com objetivo primeiro de atender suas necessidades básicas de sobrevivência tanto individual como coletiva. A caça, a extração de vegetais, o polimento das pedras, a descoberta do fogo e o

cultivo de plantas foram algumas das materializações objetivadas, reproduzidas por meio do trabalho humano ao longo das gerações.

Nesse contexto de interação ambiental (seres humanos e natureza) tem-se a agricultura como um dos primeiros mecanismos de produção, cultivos de plantas domesticadas e extrativismo e a criação de animais, ações promotoras de uma organização social denominada de comunidade, com objetivo de atender as necessidades do coletivo, em especial de alimentação e proteção.

Oliveira Jr. (1989) destaca o surgimento da agricultura, a partir do momento em que determinadas sociedades reúnem uma série de condições, historicamente suficientes, para tirar proveito das potencialidades de um meio natural determinado, com o repasse geracional dos saberes para o grupo familiar.

Neste sentido, vemos predominância da base familiar nas primeiras manifestações históricas que impulsionaram a agricultura. Os membros deste grupo humano, ligados ou não por laços consanguíneos, mantinham relações intrínsecas não relegadas somente à moradia, mas pelo uso e benefícios provindos da terra.

Com o aprimoramento da agricultura, as atividades foram separadas entre sexos, homem e mulher, além do fator idade, em relação às crianças. As mulheres, era dado encargos do semear, colher e preparar os alimentos. Os homens não participavam da produção, a estes a responsabilidade era da caça, roça e criação de animais (OLIVEIRA JR., 1989).

Apesar das transformações sócio históricas no contexto da agricultura familiar, como as Revoluções industrial e verde, a agricultura de base familiar resiste e se adapta ao ritmo da sociedade imposto pelo capital. Tedesco (1999) caracteriza o agricultor familiar como sujeito que tem na agricultura a fonte principal de renda monetária, fazendo uso, na produção, da força de trabalho de seus familiares. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar.

As práticas de agricultura variam de uma localidade a outra, bem como são diferenciadas por época e regiões do mundo. “A agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão

diversas quanto às próprias observações” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44-59).

No cenário mundial, presenciamos as evoluções tecnológicas alterando os modos de produção na agricultura, apesar destes avanços, o modelo de agricultura familiar praticado na Amazônia apresenta um amplo conjunto de práticas e saberes tradicionais peculiares aos ecossistemas próprios da região – a várzea e a terra firme - direcionados ao uso e manejo dos recursos naturais da região (NODA et al., 2007). O uso destes recursos, além de evidenciar a adaptação do ser humano à natureza, reflete os fatores limitantes do ambiente amazônico.

Nas produções agrícolas, a mulher evidencia-se enquanto atora social na formação das técnicas e manejo dos recursos disponíveis no ambiente. Garcia (2012) denota a presença feminina desde o período paleolítico, no processo de coleta de sementes, vegetais e caça de pequenos animais, a manutenção regular da alimentação do grupo, cabia quase que exclusivamente as mulheres.

Murano e Boff (2010) destacam as mulheres como principais produtoras de cultura, nos moldes matriarcais, onde estas detinham funções predominantes nas sociedades antigas. Portadoras de grandes poderes produtivos e políticos “mediavam, solucionavam conflitos e organizavam as sociedades”.

A presença da mulher é recorrente ainda na história amazônica, onde as indígenas tinham participação na caça, pesca, mariscagem, bem como a transformação de matérias primas diversas. Simonian (2009) relata o compromisso das mulheres à inserção de novos e velhos cultivos por meio das trocas, da reprodução dos saberes no cultivar e conservar a natureza entre as mulheres de diversas gerações e regiões.

Essa configuração assemelha-se as sociedades tradicionais não indígenas da Amazônia, onde a mulher detinha um valor cultural diferenciado do ser masculino. Estas têm participação social contínua na organização laboral, na reprodução dos saberes, na economia doméstica, sendo reconhecidas como as guardiãs das florestas (SIMONIAN, 2009).

Na agricultura de várzea, ecossistema dessa pesquisa, as mulheres desenvolvem seus cultivos em roça ou quintais, canteiros suspensos, cultivos de plantas medicinais, extrativismo vegetal, criação de aves, dentro outros animais domesticados para consumo e/ou comércio pelo grupo familiar (NODA, 2007; TORRES, 2012).

Além das atividades agrícolas destinadas as mulheres, há também a responsabilidade pelo âmbito doméstico, cuidados com os filhos, companheiros, alimentação e gerência das necessidades da casa. Neste sentido observamos a multiplicidade do trabalho direcionado a estas, envolvidas na organização agrícola, produção e reprodução da unidade familiar (PACHECO, 1997). Estas mulheres são envolvidas intimamente com atividades das comunidades amazônicas, a partir dos laços culturais e sociais constituídos.

A divisão sexual do trabalho está presente na agricultura de base familiar, em função de suas raízes históricas, que apontam diferenciações entre homens e mulheres. Contudo tem se percebido a participação de agricultoras familiares em múltiplas atividades produtivas, seja a frente do cultivo, colheita, pesca, criação de animais em pequeno porte e desenvolvimento das feiras de produtos regionais.

3. A FEIRA: PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS/FEIRANTES DE PARINTINS NA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

As feiras são locais constituídos na história, como formas de trocas e comércio, iniciadas no período feudal. A partir do desenvolvimento dos excedentes de produção agrícola, frente a melhorias nas formas de plantio, a oportunidade de obter moedas e autonomia com as vendas destes produtos foi aproveitada pelos vassallos (HUBERMAN, 1983).

No Brasil, as primeiras feiras ocorreram por incentivo dos portugueses, afim de provocar acúmulo de mercadorias indígenas para futura exportação à Europa. Com o crescimento urbano, por volta do séc. XVII, as feiras multiplicam-se em diversas partes do território nacional (MOTT, 1979).

Na Amazônia, a partir da segunda metade do séc. XIX as feiras livres passam a ter importância econômica e social na vida urbana. Medeiros (2009) enfatiza a prosperidade econômica proporcionada pela economia da borracha

e conseqüente desenvolvimento dos espaços intra-urbanos em principais cidades regionais à época - Manaus e Belém.

A partir deste contexto, as feiras foram difundidas em pontos distintos das cidades amazônicas, em consonância com a dinâmica sócio espacial, geralmente próximas as beiras dos rios, influenciada pelo fluxo contínuo de pessoas e mercadorias, transportados pelas águas, principalmente os produtos da população ribeirinhas destinada ao comércio nas feiras livres (MEDEIROS, 2009).

O *lócus* de estudo deste trabalho encontra-se na feira ao entorno do Mercado Municipal de Parintins, tendo como sujeitos de pesquisa 06 mulheres agricultoras/feirantes. Dentre as participantes, 05 (cinco) são moradoras da Comunidade da Brasília e 1 (uma) da Comunidade do Catispera, ambas são interiores em área de várzea, situadas a margem direita do rio Amazonas, frente à sede do município.

As entrevistadas têm faixa etária estabelecida entre a menor idade, 31 anos até 60 anos. Todas as mulheres participantes são casadas no religioso, em acordo aos dogmas da Igreja Católica, religião predominante nas comunidades. Dentre as participantes da pesquisa, 04(quatro) relatam ter cerca de 6 filhos, enquanto 02 (duas) mulheres têm de 7 à 9 filhos.

O cotidiano destas é organizado em função de suas práxis produtivas, nas feiras, no roçado, na pesca, e nos afazeres domésticos, tudo muito planejado para que cada etapa seja cumprida a contento.

Iniciam suas atividades com **o despertar** toda manhã, a partir das 03 horas, ainda de madrugada, o familiar que estiver disponível prepara o alimento matinal (café), para que possam fazer as refeições antes e durante as vendas na feira. Um fator preponderante na definição e organização do horário de saída, é em razão de locais para promover a venda, para que haja garantia destes; além da embarcação a ser utilizada.

A travessia é iniciada logo após o carregamento de todos os produtos. O horário de saída das comunidades é por volta das 04 às 05:00 horas, o transporte para travessia do rio Amazonas se dá por meio de barcos, bajaranas e rabetas. As 06:00 já estão aportando na cidade de Parintins, descarregando seus produtos e indo ao encontro da feira. Como vivem em localidades

próximas o trajeto é o mesmo sentido, chegando a durar cerca de 40 a 50 minutos até aportar na cidade.

Atravessar o rio é uma atividade realizada de segunda a sábado por estas mulheres, intrínseco a suas ações diárias, indo para além de um meio de transporte. Os movimentos de enchente/cheia/vazante/seca estão ligados ao ser e viver regional, o habitante das localidades de várzea tem proximidade maior com estes períodos, refletindo em todos os contextos.

Realizam a comercialização dos produtos até 11:30 horas, após este horário organizam-se novamente e realizam a travessia de retorno a suas comunidades rurais. Após o almoço, tem um momento de descanso e durante a tarde desenvolvem os cultivos e demais trabalhos agrícolas. Além da agricultura, estas mulheres são conhecidas pelo domínio da pesca de camarão, que é vendido em conjunto a produção excedente.

No retorno para as comunidades, as mulheres almoçam com suas famílias, num intervalo rápido, com um descanso estipulado entre 30 a 40 minutos, o necessário para iniciar um momento elementar nas atividades produtivas, o cuidado e cultivo agrícola.

O Plantar realizado nas comunidades é baseado na participação de todos os familiares. A divisão de atividades é realizada em acordo com a disponibilidade, idade, gênero e número de componentes neste grupo ou domicílio. Como relata Maria 03 “Pessoal lá de casa tudo tá nos trabalho, meus filhos tão comigo pra planta, meus sobrinho, aí minha sogra também, eles plantam lá junto com nós, eles moram tudo junto lá, um do lado do outro” (Pesquisa de Campo, 2018).

A agricultura familiar tem sua força motriz na participação de todos os membros da família, em todas as fases dos processos que compreendem a produção. O grupo doméstico destas mulheres é composto por diversas gerações, como o pai, mãe, avós, sobrinhos, filhos, conjugues e netos (NODA et al., 2007).

O local utilizado para desenvolver a agricultura é de propriedade da família destas mulheres, onde todos têm sua moradia, e desenvolvem as atividades produtivas que irão alimentar e gerar renda monetária. O tipo do cultivo que realizam é diversificado, as entrevistadas enfatizam as principais

espécies, dentre elas melancia (*Citrullus lanatus*), do cheiro verde ou cebolinha (*Allium fistulosum* L.), o milho (*Zea mays* L.) e a macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz). Essas espécies de cultivos são fortemente encontrados em áreas de várzeas. (SILVA, 2015).

O plantio é organizado em acordo com o ciclo das águas (enchente/cheia/vazante/seca), onde as agricultoras desenvolvem um calendário, com os meses para o plantio e colheita em tempos hábeis, afim de não perder a colheita frente a chegada das águas.

Uma das estratégias utilizadas para manter a produção em todos os períodos são os cultivos de balcão. Conhecidos também como cultivos em canteiros suspensos, é um componente que proporciona diversificação e ampliação da capacidade produtiva, em geral é ocupado pelas hortaliças (NODA et al., 2007), como a cebolinha, couve, pimenta cheirosa, dentre outras já mencionadas na pesquisa.

Concernente as relações de gênero, as entrevistadas relatam a divisão de tarefas na agricultura sem diferenças entre os sexos. Todavia, estão presentes em suas falas o repasse de tarefas em acordo com as compreensões de trabalho “leve” e “pesado”. Para as mulheres são repassadas as atividades que não demandam grande dispendido de força, pois a estatura física não possibilita as mesmas de realiza-las, passando aos homens as ações que demandam forças físicas.

Olha, a macaxeira pra arrancar os homens que arrancam, pra carregar também, agora pra apanhar o milho as mulherada apanham, ai outras coisas mais leve, como colher pimenta de cheiro, tirar jambú, ralar o milho e fazer pamonha, ai as mulherada faz isso né... (MARIA 04, Pesquisa de Campo, 2018).

Apesar do contexto solidário, de partilha das organizações agrícolas no contexto rural amazônico, não se pode refutar a contradição presente no contexto das compreensões de “pesado” e “leve”. O trabalho relacionado as plantações de hortaliças e demais espécies desenvolvidas por mulheres é somente uma parte das ações desempenhadas por estas no dia-a-dia (TORRES, 2012).

As demais entrevistadas relatam o envolvimento com a preparação do roçado, plantio e colheita, diversas noites a dentro no desenvolvimento da

pesca – que demanda cuidados e riscos - bem como a presença nas ações sociais da comunidade, comercialização nas feiras, sobretudo a incumbência aos trabalhos domésticos.

Neste sentido, a inserção destas no campo agrícola está longe de ser mensurado em razão do sexo, por suas características físicas, visto que atuam para além dos seus cultivos. Percebe-se que o estigma socialmente construído do ser mulher enquanto sensível e frágil, transfigura-se nas atividades realizadas na agricultura, enquanto uma visão que basila a desigualdade entre mulheres e homens (BOURDIEU, 2012).

Na organização do trabalho, temos duas áreas a serem destacadas na fala de nossas entrevistadas. A área do trabalho agrícola possui inserção dos membros de maneira diferenciada em relação ao campo doméstico, onde as mulheres atuam em suas atividades com características e visões distintas.

Referente a organização no espaço doméstico, 3 (três) entrevistadas relatam ter o apoio dos maridos e demais familiares, como as noras ou filhas, no desenvolvimento das tarefas diárias, frente a necessidade de constante locomoção para vendas dos produtos na área urbana de Parintins. Portanto, o grupo tende a dividir os “deveres” domiciliares, perante ausência destas mulheres, afim de manter as condições básicas de alimentação e moradia a todos.

No entanto, as demais pesquisadas ,03 (três), relatam ter responsabilidade total sobre as atividades domésticas, quando não tem condições de estar a frente destas atividades repassam as demandas as noras, filhas ou outras mulheres moradoras no domicílio. Um ponto chave para analisar estas características está imbricado a divisão sexual do trabalho, onde Kergoat (2003) aponta como forma de divisão do trabalho social, decorrente das relações sociais de sexo. Sua característica principal é a “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)”(KERGOAT, 2003).

Em todas as falas, verifica-se a preponderância do ambiente doméstico aos encargos da mulher, ainda que não seja a agricultora/feirante, outra mulher

será

inserida neste local, afim de manter os trabalhos neste âmbito. A maioria das atividades referentes ao âmbito doméstico ainda é colocado como parte exclusiva do ser feminino, ainda que esta detenha outras atividades a serem desenvolvidas.

Independente do papel ou qualidade das atividades realizadas na agricultura, os membros da família são pontos chave para a manutenção do grupo. Mulheres agricultoras/ feirantes, seus maridos, seus filhos e demais familiares, todos são importantes para a sobrevivência da família, toda a organização do dia implica na participação de todos os membros deste grupo familiar. Quando um componente deixa de cumprir a sua atividade, aquilo gera uma desorganização, uma desordem naquele ambiente, fazendo com que outra pessoa tenha que se sobrecarregar com as tarefas daquele que não fez.

Silva (2015) enfatiza cada sujeito da família “enquanto, indivíduo/espécie, mas é uma parte do todo da família/sociedade. Estas partes ou unidades comunicam-se de maneira intermitente, cada um constituindo e sendo constituinte do todo ambiental”. A mulher é um todo, pois conhece o lidar com a feira, a agricultura, atividades domésticas, e demais ações; bem como ela é uma parte fundamental dentro do contexto da unidade familiar.

Concernente as formas de aprendizagem das práticas de agricultura, a maioria das mulheres participantes relatam que foram praticando pelas lições repassadas pelos pais, das 06 entrevistadas, 03 delas relatam ter aprendido pela mãe, 02 pelo pais e somente uma pelos ensinamentos de sua sogra, logo após o casamento.

Outro ponto marcante no discurso destas mulheres, é os saberes referentes a pesca. Nas comunidades da Brasília e do Catispera, são reconhecidas pela pesca do camarão, um componente de suas vidas, concomitante ao conhecimento agrícola. É sobretudo uma característica constituída pelo repasse de saberes maternos, como relatado a seguir.

Desde os 13 eu acompanhava minha mãe e eu fui pegando jeito pra pesca que ela me mostrava como fazer a camaroeira, preparar as iscas certinho como tem que ser pra chamar os camarão (MARIA 01, Pesquisa de Campo, 2018).

O camarão, é um dos principais produtos da atividade pesqueira no Baixo e Médio Amazonas, tendo diversas famílias dependentes desta atividade, seja como principal fonte de proteína na alimentação diária, e no intuito de ganhos financeiros para sustento familiar. Silva (2015) traz as relações de agricultura e pesca como atividades mantenedoras da cultura e identidade, imprescindíveis para manter e reforçar a face cultural e suas relações com o ambiente de várzea.

A realização destas ações, venda e pesca, chegam a ser feitas em um mesmo dia, onde há um desdobramento dos membros familiares para lidar com as atividades produtivas. Sobretudo as mulheres que além da agricultura, desenvolvem exclusivamente a pesca de camarão bem como a venda nas feiras da cidade. As formas de plantio das agricultoras de várzea estudadas não envolvem nenhum tipo de agrotóxico ou componente químico que possa modificar o processo de crescimento das espécies. Segundo estas, o uso destes componentes pode afetar a qualidade da produção agrícola.

O organizar destas mulheres inicia-se com o termino das atividades agrícolas e/ou pesca, onde organizam seus produtos para venda na feira, colhendo o que já está apto para consumo. Este processo é realizado geralmente no fim da tarde. Chegando à feira, as mulheres têm uma organização diferenciada, para fins de comercio da produção familiar excedente.

Acerca do tempo que realizam o comércio nesta feira, das 6 (seis) entrevistadas, 05 (cinco) afirmam ter entre 15 à 20 anos no local, e a sexta entrevistada 5 anos. Iniciaram ainda jovens a venda de seus produtos, acompanhadas pelas mães ou familiares, as precursoras dessa atividade na cidade.

O tempo destas mulheres no local onde foi fixada a feira é sinônimo tradicional das vendas naquele espaço. O espaço disponibilizado ao lado do Mercado é desprovido de estrutura e demarcações físicas para vendas, na ausência de coberturas, à céu aberto, são utilizadas pelas agricultoras/feirantes somente a proteção por um guarda sol. A base de apresentação dos produtos é feita em caixotes de madeira, bacias de alumínio, potes de plástico e sacolas. As cadeiras, como único meio de descanso ou aguarde por clientes, são feitas

em plástico ou de madeira e sem alguma proteção ergonômica. Estes materiais são de pertença das mulheres, geralmente alguns trazidos das comunidades diariamente.

Entretanto, frente ao projeto de Reforma do Mercado Municipal de Parintins, surge a necessidade da mudança de espaço da feira. Sabedores das notícias acerca da reforma do mercado, estas mulheres tinham receio sobre sua permanência no local, como previsto, estas tiveram de mudar o ponto das vendas durante as construções. Frente a incerteza de espaço disponível para a feira, algumas mulheres foram procurar informações e direitos diretamente com o gestor público, sobre a necessidade de um local adequado para a comercialização de seus produtos.

sempre já teve promessas que ia modificar ali onde a gente vendia, as vez tempo de chuva era ruim... agora já com a reforma do mercado que eles fizeram isso, a gente não tinha pra onde ir foi o jeito acoxar ele né [prefeito], pra ver se ele dava um lugar pra gente também (MARIA 05, Pesquisa de Campo, 2018).

As mudanças de locais da feira é uma condição imprevisível para estas mulheres, como explicitado na fala acima. Vão inserindo-se onde são “permitidas”, afim de manterem as suas vendas. O novo espaço alocado para a feira é localizado na praça Eduardo Ribeiro, em frente ao antigo prédio da Prefeitura, na mesma rua em que se encontra o Mercado em reforma.

O local é coberto por duas tendas de ferro com grande porte. Na tenda ao lado direito ficam as lojas de café, lanchonetes e vendedores de farinha e demais espécies regionais. Ao lado esquerdo estão dispostas as agricultoras/feirantes, vendedores de pescado e atravessadores diversos. Não foram identificados espaços para banheiros e acesso a água potável. As pesquisadas relatam ainda não ter encontrado uma forma de atender as necessidades fisiológicas nesta área.

Percebemos a mobilização das feirantes frente a ameaça da perda de lócus para as suas vendas. A defesa deste espaço construído e repassado pelas gerações, mantido no cotidiano, é fundamental no incremento das rendas monetárias e afirmação da produtora rural enquanto sujeito político. Esse dado indica a mobilização das mulheres nas ações sócio-políticas, no seio das

relações comunitárias, afim de defender e posicionar-se firmemente frente a causa comum (TORRES, 2012).

Estas mulheres, iniciam seu protagonismo na agricultura, a frente do plantio sendo detentoras do saber-fazer em cultivos e colheitas. No espaço das feiras, exercem o domínio da comercialização e gestão do dinheiro, ainda atuam na defesa de um local digno para a feira, visto ser ela uma estratégia essencial para a subsistência familiar destas.

Outro ponto abordado nas entrevistas, junto ao Secretário Municipal de Produção e Abastecimento, foi a respeito da reforma no mercado e seus reflexos para a organização futura das agricultoras/feirantes. De acordo com o Secretário da SEMPA, estas produtoras serão realojadas logo após o termino das obras, isto será conversado junto as feirantes para que possam planejar os novos arranjos e estruturas. Ele destaca a preocupação em especial com as mulheres agricultoras e camaroeiras, visto serem pioneiras na constituição desta feira.

Entretanto, as mulheres participantes da pesquisa afirmam não ter conhecimento de nenhum planejamento por parte dos órgãos públicos, acerca do local aonde poderão comercializar seus produtos após as reformas. Maria 02 endossa, “mas isso aqui é provisório, quando for pelo festival eles vão tornar jogar a gente daqui (risos) não sei pra onde a gente vai, mas precisamos de uma paragem porque aqui é nosso sustento, perto do mercado nossos cliente tavam acostumados...”.

Frente a imprevisibilidade do futuro espaço, estas mulheres têm anseios por onde poderão realizar seus comércios. A nova localização reflete inclusive no fluxo dos clientes no primeiro momento, por não saberem onde se encontram as agricultoras/feirantes. O local estava fixado que por mais de 20 anos estavam vendendo na feira ao lado do mercado, “sempre foi lá, desde quando eu comecei sempre foi lá sim!” (MARIA 06).

O espaço geográfico não é estático em sua forma, visto ser ao mesmo tempo um espaço social, de construção e reconstrução cotidiana da materialidade pelas relações sociais, se caracterizando conjuntamente como espaço social, múltiplo e diferenciado (HARVEY, 2006). Esta percepção social

do espaço, traz ainda as influências políticas, econômicas, culturais e ideológicas, sendo este condicionado e condicionador dos sujeitos.

A reconstrução é vista no *lócus* de pesquisa, por ações externas de obras, condicionando as mulheres feirantes à procura de novos espaços e organizações. Esse processo de reconstrução não só do ambiente do mercado - para as tendas na praça - mas também das relações de comércio, vendas, cultivos, são indicativos de um movimento dialógico, em que se engendram estados de ordem, desordem e reorganização, levando as mulheres a um processo de adaptação constante para lidar com as emergências de seu cotidiano, constituindo uma auto-organização constante (MORIN, 2010).

A possibilidade de venda direta das produtoras e feirantes para o consumidor cliente é a base para a importância da feira na vida destas mulheres, elas são inteiradas da perda imensa que podem ter repassando os cultivos para as mãos de intermediários, marreteiros e demais agentes sociais de comercialização. A precificação anda em conjunto a valorização dos produtos provindos da agricultura familiar, faz-se essencial para o fortalecimento do conjunto agrícola, leva ao alcance e controle da renda necessária para ser feminino e sua parentela.

Além destas discrepâncias de gênero presentes no contexto laboral, estas mulheres enfrentam demais entraves, como o acesso as políticas públicas. As entrevistadas não têm conhecimentos necessários acerca as ações desenvolvidas especificamente à elas pelos poder público, programas de crédito ou apoio técnico existentes.

A educação ou a falta de acesso à ela, é um fator de relevância para esta população, as mulheres participantes de nossa pesquisa tem formação incompleta no ensino fundamental. Este dado é explicado pela debilidade na política educacional promovida nos interiores, onde se encontram escolas com estrutura e recursos humanos insuficientes, oferecendo somente a educação básica inicial dos primeiros anos, aos que desejam dar continuidade a formação, devem deslocar-se aos centros urbanos.

Em conjunto a esta problemática, temos os casamentos de meninas ainda adolescentes, entre 13 e 15 anos, a necessidade da inserção continua

nos trabalhos agrícolas e domésticos junto as famílias, dentre outros entraves a conclusão dos estudos para estas mulheres.

Ademais, compreende-se a particularidade dos ciclos das águas, afetando diretamente na organização comunitária, que não são consideradas na construção e implementação das ações e políticas regionais. Como resultado, temos uma população com cidadania ameaçada, mulheres cidadãs fragilizadas, frente a ausência de informações acerca dos direitos e deveres necessários a qualidade de vida destes sujeitos (SCHERER, 2004).

Acerca da participação em movimentos/sindicatos ou associações específicas de mulheres, as entrevistadas relatam não ter participação neste tipo de mobilização feminina. As agricultoras/feirantes são associadas em outros tipos de instituições, 3 (três) delas estão vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2 (duas) estão ligadas ao Colônia de Pescadores e somente uma não está em nenhum tipo de organização, pois já está aposentada, mas anteriormente também estava vinculada ao grupo formal de pescadores.

Torres (2012) é enfática ao definir a política pública enquanto forma de reorganizar o desenvolvimento social dos povos de área rural, compreendendo o conjunto sócio-cultural e espacial presente nestes ambientes. Somente a organização política, a luta comunitária pode abrir portas para os direitos e mudanças. As mulheres, a partir de sua interação com a comunidade, as relações estabelecidas em todos os campos da vida ribeirinha, são atoras sociais que detém conhecimento das problemáticas e áreas que carecem de intervenção de órgãos públicos competentes.

O protagonismo dessas mulheres vai para além do comércio, a renda adquirida diariamente na feira é administrada pelas mesmas. As compras das mercadorias estão centradas nas necessidades familiares, como alimentos industrializados, roupas, calçados, remédios, produtos de higiene e demais mercadorias que geralmente não estão disponíveis em suas comunidades.

Logo após o termino das vendas, por volta das 11:30, aproveitam para fazer as compras na cidade. Ao retornarem das lojas, já desarmam seus

pertences de venda, pegam o transporte e atravessam o rio novamente, contendo os materiais financiados pelo valor obtido na feira.

As formas estratégicas de inserção do capital nos setores agrícolas são ampliadas desde as Revoluções ocorridas nas formas de produção. A agricultura familiar enquanto organização produtiva e familiar que tem como finalidade básica o atendimento da subsistência de seu grupo, valor de uso, tende a ser mobilizada pelas relações capitalistas no âmbito externo.

Uma das estratégias que rondam as agricultoras/feirantes está presente no ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria. O valor de troca presente nos cultivos comercializados na feira leva a moeda, e esta é usada como valor de troca por outro valor de uso, os materiais citados pelas mulheres durante a entrevista.

A lógica econômica capitalista insere o agricultor na dependência por mercadorias industrializadas, entretanto, o mesmo busca estes produtos para fins de satisfação das necessidades, retornando ao princípio norteador do modo familiar de produção, centrado no valor de uso.

As pesquisadas têm em mente a valorização que deve ser mantida, em relação aos seus produtos, levando em conta a força de trabalho demandada para realizar seus cultivos, pesca, travessia e comércio diariamente. Ainda com algumas críticas relativas ao valor, apreendem aquilo que pode colaborar nas formas de venda, mantendo o atendimento para a clientela, que segundo elas, estão sempre comprando os gêneros cultivados por elas, “agora já não vejo que nos perde ou desvantage pois eu tenho meus clientes mesmo!” (MARIA 01, Pesquisa de Campo, 2018).

As relações de alteração do espaço ampliam-se agora no âmbito econômico, onde é moldado pela disputa entre o produto presente no urbano e aquele que é vindo tradicionalmente das comunidades amazônicas. A preferência de uns e desaprovação dos valores por outros clientes está inscrita numa visão antiga de desvalorização daquilo que é próprio do campo, por seu atraso e formas tradicionais de vida (NUNES e PINTO, 2009).

O capital vem ampliando suas relações nas áreas rurais e agrícolas, visa desqualificar suas produções no intuito de captar suas mercadorias com baixo preço, mantendo o lucro de seus aportes agrícolas avançados tecnologicamente, acarretando a desvantagem em valor, frente aos preços nos

hortifrutigranjeiros e supermercados, estes fatores tendem a atingir o contexto da feira, em especial as mulheres.

Contudo, enquanto agricultoras/feirantes, ainda que tenham preços menores em relação aos outros comércios de teor agroindustrial, lutam para preservar a questão tradicional das feiras, como local privilegiado para vendas e subsistência a partir dos excedentes produzidos. O direito a permanecer nestes espaços, respeito pelo consumidor, bem como o reconhecimento do valor contido em seus trabalhos são presentes em suas ações cotidianas.

Após o organizar das vendas e seleção de produtos, as mulheres têm o momento de **descansar**. Maria 03 descreve: “ai quando chega a noite só já e pra descansar, porque amanhã cedo tem que acordar pra vir vender de novo...”. A janta é a refeição primordial, realizada com todos os membros da família, momento onde há conversas e organização das atividades para o próximo dia. Na pesquisa, 03 (três) mulheres relatam assistir à TV para distrair-se, antes de adormecerem, que ocorre cedo, pois precisam recuperar as forças para o trabalho do novo dia que se espera.

As atividades produtivas das mulheres agricultoras são desenvolvidas durante a semana, de segunda à sábado. No domingo, geralmente é o momento de descanso determinado para a família, onde podem organizar atividades de lazer, almoços em família, jogos de futebol, acompanhar os programas de rádio, conversas na varanda das casas e encontros da comunidade.

4. CONCLUSÃO

As falas das(os) participantes e demais dados obtidos na pesquisa indicam que a práxis produtiva familiar está ligada intrinsecamente ao ser mulher, para além da agricultura, ampliando-se nos diversos âmbitos da vida social. Pelo fato do direcionamento das atividades ser dada pelo ser feminino, identificamos a sobrecarga laboral desta, pois além de realizar a agricultura e pesca, desenvolve os trabalhos domésticos e comercialização em razão da subsistência do grupo.

As relações de gênero são detectadas com assimetrias, ainda que a mulher tenha ampliado seu espaço de participação no âmbito público, os

homens não ampliam suas ações aos trabalhos domésticos (privado). A realização das diversas ações ainda é pincelada por questões patriarcais, de repasse dos cuidados de casa e filhos relegados somente as mulheres.

Acerca da feira, a organização produtiva nesta é realizada pelas mulheres de maneira que todos possam obter um espaço para realizar as vendas. As mudanças de local em vista das reformas no Mercado Municipal não foram empecilhos suficientes para impedir a reorganização em outro espaço. A valoração - valor de troca, e valorização dos seus produtos ainda é questionada por parte da clientela e em meio ao acirrado mercado com hortifrutigranjeiros e supermercados

As relações capitalistas de produção, personificadas por atravessadores, setores agrícolas industriais, compra de mercadorias para família e disputa de preços, não esmorecem a necessidade primeira de atendimento as necessidades de sustento familiar. O labor e qualidade dos cultivos são reconhecidos pelas mulheres participantes, fator diferencial no comércio e preferência de compra pela clientela nas feiras.

As políticas públicas para agricultura, escoamento e comércio dos produtos são desconhecidas por estas mulheres. Nem mesmo as ações pensadas pela SEMPA e demais órgãos públicos, são viabilizadas a este grupo de feirantes. As políticas sociais também se inserem neste contexto, algumas das mulheres inserem-se em sindicatos e associações para que o processo de aposentadorias e demais benefícios sejam resolvidos por estas instituições.

É primordial pensar a formação de grupos específico das mulheres agricultoras e feirantes, como forma de viabilizar a autonomia e emancipação das mulheres na formulação, participação e acompanhamento das políticas públicas, afim de desenvolver ações adequadas as particularidades das vivencias de várzea, familiares e produtivas tradicionais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GARCIA, Lorely. **Meio ambiente e gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. As Feiras Livres em Belém (PA): **Possibilidades e Perspectivas de (Re)Apropriação do Território na/da Cidade**. 12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina. 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

MOTT, Luiz. **Estrutura e Função das feiras rurais do nordeste do Brasil: o caso da Feira do Brejo Grande, Sergipe**. Cadernos. Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1979. 12 v.

MURANO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2010.

NUNES, Carla Cristiane; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. Campo, Cidade, Urbano e Rural: categorias e representações. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4, 2009; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, 2009. **Anais...** Niterói, 2009.

OLIVEIRA JR., P. H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PACHECO, M. E. L. Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 30-38, dez./fev. 1997.

SCHERER, Elenise. et al. Políticas sociais para os povos das águas. **Cadernos CES**, n. 207, Salvador-2004.

SILVA, Sandra Helena da. **Autopoiese nos Agroecossistemas das Ilhas de Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/ PA**. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2015.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mujeres y conocimientos ancestrales em la Amazonia, Brazil. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; CASTRO, Albejamare Pereira (Org.). *Amazônia: cultura material e imaterial*. São Paulo: Annablume, 2012.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TORRES, Iraildes Caldas. **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer; Fapeam, 2012.